

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 10º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (55 21) 3263-7000
ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, datado de 06 de março de 2015, sem qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.673	88
Títulos e valores mobiliários		1.765	1.303
Concessionárias e permissionárias	7	936	770
Adiantamento a fornecedores		-	556
Impostos a recuperar		27	8
Outros ativos circulantes		219	20
		<u>4.620</u>	<u>2.745</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	8	74.630	78.738
Intangível	9	1.444	-
		<u>76.074</u>	<u>78.738</u>
Total do ativo		<u><u>80.694</u></u>	<u><u>81.483</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		142	912
Financiamentos - terceiros	10	34.367	37.702
Impostos e contribuições sociais	11	205	186
Taxas regulamentares	12	544	—
		<u>35.258</u>	<u>38.800</u>
Patrimônio líquido	13		
Capital social		51.944	47.900
Prejuízos acumulados		(6.508)	(5.217)
		<u>45.436</u>	<u>42.683</u>
		<u>80.694</u>	<u>81.483</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	14	8.031	8.806
Custo da operação	15	<u>(4.387)</u>	<u>(4.427)</u>
Lucro bruto		3.644	4.379
Despesas gerais e administrativas		(602)	(1.539)
Outras despesas/receitas operacionais		(25)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>3.017</u>	<u>2.840</u>
Resultado financeiro	17	<u>(4.052)</u>	<u>(3.648)</u>
Receita financeira		1	3
Despesa financeira		(4.053)	(3.651)
Resultado antes dos impostos		<u>(1.035)</u>	<u>(808)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(256)	(258)
Prejuízo do exercício		<u>(1.291)</u>	<u>(1.066)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(1.291)	(1.066)
Total de resultados abrangentes	<u>(1.291)</u>	<u>(1.066)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	34.176	1.036	(4.151)	31.061
Prejuízo do exercício (não auditado)	-	-	(1.066)	(1.066)
Integralização de capital (não auditado)	13.724	(1.036)		12.688
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	47.900	-	(5.217)	42.683
Aumento de capital	4.044	-	-	4.044
Prejuízo do exercício	-	-	(1.291)	(1.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	51.944	-	(6.508)	45.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(1.035)	(808)
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	2.700	2.139
Depreciação e amortização	2.639	3.370
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	-
 (Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(180)	(350)
Impostos a recuperar	(19)	(423)
Depósitos vinculados	(461)	(1.303)
Adiantamentos a fornecedores	556	(19)
Outros ativos	(268)	27
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(770)	(1.998)
Tributos e contribuições sociais	1.463	186
Impostos pagos	(255)	(299)
Juros pagos	(2.514)	(1.985)
Taxas regulamentares	544	-
Outros passivos	-	(453)
 Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	 <u>2.413</u>	 <u>(1.916)</u>
 Baixas de imobilizado e intangível	 25	 -
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.444)	(617)
 Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	 <u>(1.419)</u>	 <u>(617)</u>
 Aumento de capital	 4.044	 5.211
Empréstimos captados	-	1.000
Empréstimos pagos	(3.433)	(3.785)
 Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	 <u>611</u>	 <u>2.426</u>
 Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	 <u>1.605</u>	 <u>(107)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>68</u>	<u>175</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1.673</u>	<u>68</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2010 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída com o propósito específico e único de explorar, por meio de concessão, serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, operação e manutenção, incluindo os serviços de apoio e administrativo, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no valor de R\$18.447 (R\$30.947 em 2014), tendo como base os números societários, substancialmente em função da reclassificação da parcela de longo prazo do contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), pelo não cumprimento de certas cláusulas restritivas “*covenants*”, conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras 8. A Administração entende que tal situação será revertida ao longo da operação da Companhia e que o BNDES não exigirá o pagamento antecipado do referido financiamento. Adicionalmente o acionista controlador da Companhia possui habilidade e intenção de prover o suporte e recursos necessários a ACTE caso em aporte de capital se demonstre necessário.

1.1. Mudança na participação acionária

Em 1o de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi adquirida pelo valor de R\$22.456. Na avaliação do valor justo da Companhia pela controladora SGBH foi efetuado um ajuste de R\$20.269 no ativo financeiro amortizável tendo como base os números societários.

1.2. Da concessão

No dia 22 de dezembro de 2010 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 016/2010, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão no Estado do Pará:

- (i) pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv - 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv - 2 x 100 MVA; e
- (ii) entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

- (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

1.3. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$6.420 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em aproximadamente R\$8.349 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$9.057 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.4. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo como base o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferenciados, estes que serão apresentados na nota explicativa 5.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Com base nessas normas não identificamos ajustes a serem efetuados nas DCRs.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

2.1 Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas DFSs, as quais estão apresentadas na nota explicativa 4, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 8 – Imobilizado e 9 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “ Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Resumo das práticas contábeis regulatórias (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.5 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCR tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores – partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	Regulatório			Societário		
		31/12/2015	Ajustes 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)	Ajustes 31/12/2014 (não auditado)	31/12/2014
Ativo							
Ativo circulante		4.620	(9.192)	13.812	2.745	(5.108)	7.854
Caixa e equivalentes de caixa		1.673	-	1.673	88	-	88
Títulos e valores mobiliários		1.765	-	1.765	1.303	-	1.303
Concessionárias e permissionárias		936	-	936	770	-	770
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	556	-	556
Impostos a recuperar		27	-	27	8	-	9
Ativo financeiro amortizável	a	-	(9.192)	9.192	-	(5.108)	5.108
Outros ativos circulantes		219	-	219	20	-	20
Ativo não circulante		76.074	17.719	58.355	78.738	350	78.388
Ativo financeiro amortizável	a	-	(58.355)	58.355	-	(78.376)	78.376
Imobilizado	b	74.630	74.630	-	78.738	78.726	12
Intangível	b	1.444	1.444	-	-	-	-
		80.694	8.527	72.167	81.483	(4.758)	86.242

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Regulatório			Regulatório		
		31/12/2015	Ajustes 31/12/2015	Societário 31/12/2015	(não auditado) 31/12/2014	Ajustes 31/12/2014	Societário 31/12/2014
Passivo e Patrimônio Líquido							
Passivo circulante		35.258	-	35.258	38.800	-	38.800
Fornecedores terceiros		142	-	142	912	-	912
Financiamentos com terceiros		34.367	-	34.367	37.702	-	37.702
Tributos e contribuições sociais		205	-	205	186	-	186
Taxas regulamentares		544	-	544			
Passivo não circulante		-	(2.510)	2.510	-	(5.598)	5.598
Tributos diferidos	c	-	(2.510)	2.510	-	(5.598)	5.598
Patrimônio líquido		45.436	11.035	34.399	42.683	840	41.843
Capital social		51.944	-	51.943	47.900		47.900
Prejuízo acumulado	d/e	(6.508)	11.035	(17.544)	(5.217)	840	(6.057)
		80.694	8.525	72.167	81.483	(4.758)	86.241

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
					(não auditado)		
Receita operacional bruta		9.080	(4.332)	13.412	9.139	(3.009)	12.148
Deduções da receita operacional		(1.049)	(574)	(475)	(333)	108	(441)
Receita operacional líquida	d	8.031	(4.906)	12.937	8.806	(2.901)	11.707
Custo da operação	e	(4.387)	(2.665)	(1.722)	(4.427)	(1.792)	(2.635)
Lucro bruto		3.644	(7.571)	11.215	4.379	(4.693)	9.072
Despesas gerais e administrativas		(602)	-	(602)	(1.539)	(956)	(583)
Perdas por redução de valor recuperável		-	20.269	(20.269)	-	-	-
Outras despesas operacionais		(25)	13	(38)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		3.017	12.711	(9.694)	2.840	-5.649	8.489
Resultado financeiro		(4.052)	-	(4.052)	(3.648)	-	(3.648)
Receita financeira		1	-	1	2	(1)	3
Despesa financeira		(4.053)	-	(4.053)	(3.650)	1	(3.651)
Lucro antes dos impostos		(1.035)	12.711	(13.746)	(808)	(5.649)	4.841
Imposto de renda e contribuição social	c	(256)	(2.515)	2.259	(258)	53	(311)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.291)	10.196	(11.487)	(1.066)	(5.596)	4.530

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	-	1
Bancos	1.653	68
Títulos e valores mobiliários	1.765	1.303
Aplicações financeiras	20	20
	<u>3.438</u>	<u>1.392</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	917	770
Vencidas até 30 dias	2	-
Vencidas até 60 dias	1	-
Vencidas até 90 dias	8	-
Vencidas até 120 dias	4	-
Vencidas até 180 dias	4	-
Vencidas há mais de 180 dias	13	-
	<u>949</u>	<u>770</u>
(-) PCLD	(13)	-
	<u>936</u>	<u>770</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Complemento de provisão	(13)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(13)</u>	<u>-</u>

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

8.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Ativo imobilizado em serviço	(não auditado)				(não auditado)				
Transmissão	80.889	-	-	-	80.889	-	(6.259)	74.630	77.279
Terrenos	190	-	-	-	190	-	-	190	190
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.385	-	-	-	8.385	-	(668)	7.717	7.998
Máquinas e equipamentos	72.314	-	-	-	72.314	-	(5.591)	66.723	69.091
Administração	25	-	(25)	-	-	(25)	-	-	14
Máquinas e equipamentos	9	-	(9)	-	-	(9)	-	-	3
Móveis e utensílios	16	-	(16)	-	-	(16)	-	-	11
	80.914	-	(25)	-	80.889	(25)	(6.259)	74.630	77.293

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
(não auditado)					
Imobilizado em serviço					
Transmissão	2,57%	80.889	(6.259)	74.630	77.279
Administração	0,00%	-	-	-	14

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8.5 Principais baixas do ativo imobilizado em 2015

Administrativo	Grupo	Valor
Equipamento de processamento de dados	Equipamento de Informática	9
Moveis e utensílios	Móveis e utensílios	16

Não houve baixa de ativo imobilizado transmissão no exercício de 2015.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Intangível

9.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)							(não auditado)	
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	1.444	-	-	-	1.444	1.444	-	1.444	1.444
Servidões	1.444	-	-	-	1.444	1.444	-	1.444	1.444
	1.444	-	-	-	1.444	1.444	-	1.444	1.444

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

9.2 Taxas de amortização

		2015			2014
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
					(não auditado)
Transmissão	20,00%	1.444	-	1.444	1.444

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2015	2014
BNDES - Subcrédito A	07/2013	06/2027	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	Price	(i)	TJLP + 2,42%	26.025	28.185
BNDES - Subcrédito B	07/2013	12/2022	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	Price	(i)	a.a. 2,5% a.a.	8.230	9.395
BNDES - Subcrédito C (ii)	04/2013	06/2027	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	Price	(i)	TJLP	112	122
										34.367	37.702

(i) Segue relação das garantias do contrato

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

(ii) Atendendo à exigência do subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R\$120 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município.

b) Covenants

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não manteve o montante total exigido em conta reserva e também não vem cumprindo certas cláusulas restritivas “covenants”

De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES é necessário manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do financiamento com o BNDES como conta reserva. Esta reserva deve ser constituída do principal, encargos e acessórios em caso de atendimento dos índices de desempenhos (ICSD e Índice de Capital Próprio) mínimos apresentados no contrato. Em caso de não atendimento dos indicadores a Companhia deverá manter um total de 6 prestações mensais em conta reserva.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não está adimplente com parte das cláusulas restritivas “*covenants*”, anteriormente mencionadas. Dessa forma, o saldo financiamentos foi totalmente reclassificado para o circulante.

11. Tributos e contribuições sociais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IR	41	35
CSLL	26	22
PIS	10	9
COFINS	48	44
Outros	80	76
	<u>205</u>	<u>186</u>

12. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) <i>(i)</i>	397	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) <i>(ii)</i>	2	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) <i>(iii)</i>	145	-
	<u>544</u>	<u>-</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía saldos de contas a pagar no montante de R\$7 junto a parte relacionada LTE Energia e Construções Ltda., decorrentes da prestação de serviços de construção da linha de transmissão, que foram transferidos para a acionista CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. (CME) mediante instrumento particular de cessão de crédito e utilizados para aumento o capital social, mediante subscrição de 7.477 mil ações ordinárias e nominativas ao preço de R\$1 cada.

Em 8 de outubro de 2014 foram subscritas 6.247 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista CME através de integralização de saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

O capital social, em 31 de dezembro de 2014, subscrito e integralizado era de R\$ 47.900, representado por 47.899.863 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir:

Em 19 de fevereiro de 2015 foram subscritas 1.043.583 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista CME.

Em 17 de dezembro de 2015 foram subscritas 3.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH

O capital social, em 31 de dezembro de 2015, subscrito e integralizado é de R\$51.943, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir:

Composição acionária	2015	2014
CME	-	99,99%
Techeira Nova Geração Brasil Ltda	-	0,01%
SGBH	100%	-

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia não destinou dividendos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 visto que absorveu prejuízos acumulados do exercício.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(não auditado)
Receita operacional bruta	9.080	9.139
Receita rateio de antecipação	378	242
Receita de encargos de transmissão	4.640	4.408
Recuperação de PIS e COFINS	300	302
Receita rede de fronteira	2.810	2.276
Receita de CCT	1.118	1.911
Parcela ajuste do ciclo anterior	(75)	-
Indisponibilidade de equipamentos	(91)	-
Deduções da receita operacional	(1.049)	(333)
PIS	(59)	(59)
COFINS	(273)	(265)
ISS	(2)	-
P&D	(191)	-
RGR	(505)	-
TFSEE	(19)	-
Outros	-	(9)
	8.031	8.806

15. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(não auditado)
Material	(10)	(193)
Serviços de terceiros	(317)	(964)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	(1)
Seguros	(73)	(58)
Depreciação e amortização	(2.639)	(3)
Gastos diversos	(149)	(142)
Outros	(1.195)	(3.066)
	(4.387)	(4.427)

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	<u>1</u>	<u>2</u>
Outras receitas financeiras	1	1
Variações cambiais ativas	-	1
Despesa financeira	<u>(4.053)</u>	<u>(3.650)</u>
Variações monetárias passivas	(276)	(1)
Juros sobre financiamentos	(2.413)	(3.627)
Outras despesas financeiras	(1.364)	(22)
	<u>(4.052)</u>	<u>(3.648)</u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não registrava investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.673	88
Títulos e valores mobiliários		1.765	1.303
Concessionárias e permissionárias	7	936	770

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamentos a fornecedores		-	556
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Financiamentos - terceiros	10	34.367	37.702
Fornecedores - terceiros		142	912

18. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.